

**“Arquivos da Marinha e historiadores”**

**Paloma Siqueira Fonseca, graduada em História**

**Mestranda em História pela Universidade de Brasília**

(...)

*Outro dia quente, o mar envolve sem  
Apagar dos olhos o brilho de quem tem  
Um arquivo do passado e a fome do que ainda vem*

*Olha, o que tá dito, tá dito  
E o que foi feito também  
Mas certas coisas  
Nem as palavras podem apagar  
Nem o tempo, nem o fogo, nem a fome, nem o corpo, nem a alma  
Nem as ondas, nem as praias, nem o mar  
Nem o mar<sup>1</sup>*

O texto é o primeiro fruto da pesquisa desenvolvida no mestrado, cujo tema são as punições da Marinha, enfileiradas na presiganga, uma nau de guerra que servia de prisão, fundeada na baía de Guanabara, na primeira metade do século XIX, próxima à ilha das Cobras. Esse navio, que também era chamado de depósito, ficava sob os cuidados do Arsenal de Marinha da Corte e custodiava degredados, galés, recrutas, infratores da Marinha, prisioneiros de guerra, escravos em correção. O primeiro pesquisador a elaborar um conhecimento estruturado sobre esse navio-presídio foi um militar, o historiador naval Juvenal Greenhalgh (1890-1966). A pesquisa ao longo do mestrado pautou-se, fundamentalmente, em um arquivo da Marinha, e aqui demonstro que qualquer arquivo é um material *sensível*, pois é objeto de variadas intervenções. Juvenal Greenhalgh é um exemplo de pesquisador que fez uso de arquivos da Marinha, juntamente com toda uma geração de historiadores navais, contagiados pelo *mal de arquivo*, conceito elaborado por Jacques Derrida para se referir a certa pulsão de que se imbuem pesquisadores do passado. Enfim, a convicção é a de que ao lidar com um ‘depósito de presos’, não se está lidando com o passado como ‘depósito morto’ e muito menos com um ‘arquivo morto’.

**Usos do arquivo : a sensibilidade do arquivo**

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o pesquisador pode verificar os documentos que foram selecionados para a pesquisa do mestrado<sup>2</sup>. O manuseio do conjunto documental não dispensa o uso do par de luvas e da máscara, isto porque os papéis estão desgastados e não convém arriscar a própria saúde e a integridade do material que restou. Estão em confronto a corrosão e os rastros de

um passado persistindo em se conservar. Assim, ao serem reviradas as folhas dos maços, ainda que frágeis, muito se pode extrair de informação. Mas é impossível deixar de ter a sensação de que algo se esvai, apesar de todos os procedimentos técnicos que garantem uma ‘sobrevida’ a essa documentação. A tinta ferrogálica e os agentes biológicos atraídos pela umidade (microrganismos, insetos, roedores) já haviam feito o seu ‘papel’ antes mesmo de o conjunto documental ser recolhido ao Arquivo Nacional. Assim, o historiador convive com a ambigüidade de um passado que tenta fincar raízes, mas que ao mesmo tempo se deteriora.

A preocupação com a manutenção de documentos, associada à verificação do seu desgaste, também fazia parte do ementário dos próprios homens do período em estudo, como Marcelino de Souza Mafra, o comandante da presiganga. Mafra mantinha um arquivo no navio, e quando houve a mudança do serviço de presiganga da nau *Príncipe do Brasil* para a *Príncipe Real*, ele providenciou a madeira com a qual “mandei fazer uma caixa com duas gavetas, uma carteira e está-se fazendo uma estante, trastes estes para guardar os livros e mais papéis pertencentes a este depósito por causa dos ratos que os iam estragando.”<sup>3</sup> Arquivos são dados à conservação, condicionada pelos suportes e ambientes em que são gerados e mantidos.

Qual a necessidade de analisar esses vestígios, lançando-os ao patamar de fontes, se o senso comum, engolfado em uma espécie de alergia ou gastura, afirma serem papéis velhos, depositados em um ‘arquivo morto’, fadados à lata de lixo? A própria existência de um órgão – o Arquivo Nacional – responsável por manter sob sua guarda permanente a documentação acumulada pelo Poder Executivo federal já diz muito da importância que o próprio Estado atribui a esses documentos. A idéia de criar um local centralizado para a armazenagem dos arquivos da administração pública surgiu com a Revolução Francesa, e no Brasil ganhou forma com a criação daquele Arquivo em 1838. Se a preocupação dos mentores da instituição recaía sobre documentos do passado colonial, só mais tarde historiadores e arquivistas enxergariam os arquivos correntes como dignos de uma ação preservacionista, e portanto, de uma gestão que assegurasse a conservação para o futuro.

Mesmo não tendo essa preocupação preservacionista, de longo prazo, os homens do período em estudo consideravam estratégicos determinados tipos de documentos, principalmente aqueles produzidos ao longo de uma campanha naval, mantidos nos arquivos dos navios. Os Artigos de Guerra, emitidos pelo Conselho do Almirantado em 18 de setembro de 1799, foram bem claros: os falsificadores dos livros de socorros, dos diários de navegação e dos bilhetes de despesa, ou os que promovessem ou aconselhassem essas falsidades eram punidos com expulsão da Armada e ressarcimento à Fazenda; da mesma forma, os fraudadores de escrituras, passaportes, livros de carga e demais papéis tomados aos navios apresados perderiam a parte que tivessem de levar na repartição da presa, além de serem submetidos ao castigo arbitrado pelo Conselho<sup>4</sup>. Arquivos são instrumen-

tos de poder, por serem dotados de informações consideradas estratégicas, ou por serem perpetuadores de uma memória.

Curioso é verificar que uma parte dessa documentação do fundo Marinha encontra-se dispersa em outras instituições, como a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste último, a coleção de documentos esparsos – ou seja, retirados de seu conjunto orgânico – diz muito do pensamento historiográfico dos membros do IHGB à época em que foram selecionados, adquiridos e transferidos, não se sabe quando nem como, mas provavelmente na última década do século XIX. Os manuscritos em poder do Instituto, com datas-limite 1809 e 1886, referem-se predominantemente a guerras – campanhas da Independência, da Cisplatina, do Paraguai – e são dirigidos ao ministro da Marinha<sup>5</sup>. O que se pode depreender desse perfil documental? A predisposição daqueles historiadores em estudar ações dirigidas pelo poder central, em especial as batalhas travadas no mar.

Esse olhar dos membros do Instituto, cobiçoso dos papéis, em busca de uma história do surgimento e evolução da nação já tinha sido precedido por outros interesses, mais cobiçosos ainda, que estiveram em busca de informações ou de supressão de informações: no retorno de dom João VI para Portugal, em 26 de abril de 1821, 17 caixões, contendo a documentação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e que atravessariam o Atlântico na mesma comitiva do rei, foram arrombados<sup>6</sup>. Para além do arrombamento, atente-se para o fato de que o acervo, por esse ato de traslado, não era considerado brasileiro, mas sim, fazendo parte do patrimônio de uma administração portuguesa e ultramarina. Arquivos sofrem remanejamentos, desmanchos, desarranjos, seleções, avaliações ou descartes, por responderem a usos não previstos no seu valor primário, ganhando novos valores daqueles que os usufruem, por perderem significado ou por serem portadores de uma memória incômoda para aqueles que os suprimem.

Qual a predisposição de um historiador, hoje, em pesquisar esse conjunto documental, já que não se trata de um “arquivo sensível”, na acepção preliminar de Henry Rousso? Segundo este historiador, exemplos de arquivo sensível foram aqueles produzidos durante os regimes totalitários, nazistas e soviéticos, ligados ao genocídio e à espionagem, geralmente associados a momentos traumáticos, dolorosos para determinados grupos, gerando uma grande expectativa com a sua abertura. A sensibilidade desses arquivos reside justamente no fato de que, agora abertos ao público – como os de Vichy ou da KGB –, constituíram-se em sedativos da ansia e da urgência da opinião pública, fazendo crer que “a verdade de um acontecimento decorreria da leitura primária e imediata de um documento que se supõe ser decisivo, comprobatório e definitivo.”<sup>7</sup> Rousso acredita que esse tipo de procedimento se assemelha a um positivismo rasteiro, por pressupor um fetichismo do documento, na obsessão de que ele constitua um portal transparente para o passado. Nesse sentido, ele afirma que

todo depoimento ou todo documento exige, para ser significativo, uma recontextualização – especialmente no caso do arquivo escrito – que implica que sejam examinadas séries mais ou menos completas para se compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento.<sup>8</sup>

A par disso, ele propõe uma autoconsciência do historiador, tendo em vista que seu trabalho “é por definição uma operação seletiva, que depende do que foi efetivamente conservado, depende da sua capacidade pessoal e se inscreve num contexto particular.”<sup>9</sup> Pode-se acrescentar que o historiador também deve estar alerta aos percursos dos arquivos, pois eles tornam-se justamente *sensíveis* pela gama variada de intervenções a que estão sujeitos, independentemente de eles se referirem a períodos ou acontecimentos sofridos ou dolorosos de memória recente.

### **Pulsão de arquivo : a historiografia naval**

Um exemplo a mais de intervenção sobre arquivos pode ser encontrado entre historiadores navais do Brasil, da geração de Juvenal Greenhalgh. Trata-se de uma produção histórica realizada por pesquisadores da própria corporação, cujo interesse esteve voltado predominantemente para o século XIX. Não foram os primeiros nem são os últimos representantes da historiografia naval, mas constituem a geração que sofreu, de forma mais contundente, o que se pode chamar de desejo, pulsão de arquivo. Para entender melhor essa pulsão, é preciso esboçar algumas características dessa produção sobre a história naval no Brasil, surgida na década de 1870 e desenvolvida ao longo do século XX, com destaque para as décadas de 1930, 40 e 50.

Teotônio Meireles da Silva (1829-1887), Manuel Pereira Pinto Bravo (1849-1885) e José Egídio Garcez Palha (1850-1898) podem ser considerados os historiadores precursores do gênero ‘história naval’ no Brasil<sup>10</sup>. Os três oficiais publicaram após a Guerra do Paraguai, no último quartel do século XIX, acompanhando o movimento da História em busca de estatuto científico. Concomitante a Alfred Thayer Mahan (1840-1914) nos Estados Unidos e John Knox Laughton (1830-1915) na Grã-Bretanha, eles produziram sobretudo uma história da Marinha de Guerra. A história naval, então, assumia um perfil de disciplina que estuda batalhas. Esse será o legado dos três autores para os estudos posteriores, marcados por uma tendência a abordar as campanhas navais, muito mais do que uma história da navegação, da pesca ou da marinha mercante.

A geração seguinte, então, nascida nas décadas em que Meireles da Silva, Pinto Bravo e Garcez Palha produziram história, herdou o empreendimento de conhecimento do passado naval do Brasil. Juvenal Greenhalgh (1890-1966), Lucas Boiteux (1881-1966), Henrique Boiteux (1863 - 1945), Dídio Costa (1881-1953) e João do Prado Maia (1897-1989) tornaram a produção daquela tríade uma referência para os seus trabalhos e ampliaram o valor documental à sua própria produção

intelectual. Uma análise do conteúdo de sua obra e do seu envolvimento com o passado da Marinha torna mais clara a pulsão de arquivo de que estavam imbuídos.

Quanto ao conteúdo, os historiadores navais demonstram estar em busca da *origem* da Marinha, freqüentemente adjetivada como brasileira. O século XIX torna-se, em suas narrativas, o reduto temporal onde foram forjados a Administração, a Armada e os Vultos da instituição. Esses três elementos estão presentes na escrita dos livros e são identificados, ainda que de viés, como os sustentáculos de uma identidade da corporação. Na Administração está a inserção da Marinha no Estado, tornada um corpo burocrático; na Armada está a incumbência da guerra e seu material mais pujante, os navios; nos Vultos, sejam administradores ou combatentes, estão as figuras de proa que a enaltecem pelos seus atos. Esses três elementos articulam-se nos textos dos autores; a falta de um tornaria capenga a representação que fazem da Marinha. As batalhas navais são os elos da articulação, já que nelas estão presentes atos administrativos, vasos de guerra e homens valorosos. A história política aparece como o pano de fundo das narrativas, pois o surgimento da Marinha (Administração, Armada, Vultos) relaciona-se com a da nação, da pátria.<sup>11</sup>

Quanto ao grau de envolvimento com o assunto, os historiadores navais demonstram *paixão* pela entidade que os acolhe em seus quadros. E como não tê-la? A própria visada para o passado torna-se um recurso que desmobiliza o impulso do esquecimento, da destruição. Essa identificação fica evidente não só nas palavras dos próprios historiadores, mas também foi notada por aqueles que escreveram seus necrológios e biografias<sup>12</sup>. Os historiadores do botão d'âncora exteriorizaram impressões, deixaram marcas, registros, indícios de sua paixão pela corporação: é à Marinha então que os historiadores navais interpelam e é também de onde falam. Esta mesma já havia deixado durante o século XIX seus registros, impressões, pressões e, por que não, repressões. Esses registros, esses arquivos foram primeiro compulsados por oficiais. O fato de as pesquisas sobre história naval serem realizadas pela própria corporação desobrigou os historiadores não militares dessa tarefa, acolhida com interesse e conhecimento de causa pelos fardados. Com o traquejo dos termos técnicos e o empenho por conhecer um pouco mais sobre a história da Marinha, eles 'navegavam' com desenvoltura pelo passado de sua instituição. Talvez sua limitação estivesse em 'mergulhar' nas questões que interessassem principalmente ao seu ofício militar, envolvendo-se com o passado, mais do que distanciando-se dele<sup>13</sup>.

Havia uma *pulsão de arquivo* que orientava esses historiadores, quando reclamavam da ausência de uma 'mentalidade marítima' no povo brasileiro, ou quando envolviam-se em projetos de pesquisa histórica, publicação de documentos, organização de um arquivo, uma biblioteca, um museu. Eram homens de letras, preocupados em divulgar o passado de sua corporação, em rememorar-lo. As publicações periódicas *Subsídios para a História Marítima do Brasil* e *Revista Marítima Brasileira* tiveram entre seus colaboradores aqueles pesquisadores. Eles também escreviam para a

imprensa diária e para as publicações especializadas das sociedades de que eram membros ou sócios, como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A maior parte da documentação produzida durante o Oitocentos está sob a custódia de instituições mantidas pelo Poder Público: Arquivo Nacional, Biblioteca, Arquivo e Museu da Marinha, estes três últimos agregados ao Serviço de Documentação da Marinha, não por acaso criado e fortalecido pela geração com pulsão de arquivo.

O foco de interesse desses pesquisadores não se resumia à história de sua corporação, mas também à história regional, como os irmãos Boiteux, nascidos em Santa Catarina. Os historiadores navais, também folcloristas, filólogos, tradutores, biógrafos, conferencistas, prosadores ou poetas, levaram ao extremo sua capacidade de escritura, fornecendo à história naval um estilo pessoal. Ciosos de valores morais como a tradição, a família e a pátria, enxergavam a si mesmos como os propagadores desses valores. A História (com h maiúsculo), mestra da vida, era por eles concebida como um misto de ciência e arte, que, dada a conhecer, propiciaria a difusão do amor à Marinha.

Pode-se dizer que Lucas Boiteux, Henrique Boiteux, Juvenal Greenhalgh, João do Prado Maia e outros sofriam de *mal de arquivo*, no entender de Jacques Derrida. Estar com mal de arquivo

É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia de retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto.<sup>14</sup>

A vontade de retorno à origem e a paixão estão presentes nas narrativas dos historiadores navais. O desejo, a pulsão de arquivo, enfim, o mal de arquivo contagiou-os e dotou esses *scholars* da Marinha de um profundo sentido de enaltecimento da corporação. O grande arquivo do século XIX foi por eles percebido como uma herança, a partir da qual construíram uma interpretação autorizada sobre o passado da Marinha. E essa autoridade interpretativa tornou-se, ela mesma, um legado para todo aquele que pretende se embrenhar no estudo desse passado.

\* \* \*

---

<sup>1</sup> Marina Lima, “Arquivo II”, Bid, Marina Lima, Alvin L. [Compositores], in: *Pierrot do Brasil*, São Paulo, Polygram, p1998, 1 CD (ca. 38 min), faixa 2 (3 min 35 s).

<sup>2</sup> O conjunto documental selecionado é composto dos seguintes maços e suas respectivas datas-limite: XM 726 (1814-1824); XM 792 (1825); XM 793 (1826); XM 798 (1827); XM 801 (1828); XM 802 (1829-1830); XM 324 (1831). Ver Arquivo Nacional, *Inventário sumário dos documentos da Secretaria de Estado da Marinha*, Rio de Janeiro, 1960, p. 36. Esses maços correspondem aos ofícios, com anexos, enviados pelo inspetor do Arsenal de Marinha da Corte ao

secretário de Estado da Marinha. O interessado em pesquisar sobre a Marinha do Brasil pode recorrer a outros instrumentos de pesquisa, mais amplos e detalhados, para além do *Inventário*: o Cadastro de Fundo contendo a descrição das séries Marinha e o Fichário 95, gavetas 4 a 9.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional, maço XM 726, Ofício do comandante da presiganga, 25 ago. 1823.

<sup>4</sup> Artigos de Guerra, n. 25 e n. 45.

<sup>5</sup> Ver Lucas Boiteux, “Relação dos manuscritos procedentes do arquivo da Marinha nacional pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ligeiramente ordenados e classificados”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 76, n. 1/2/3, p. 153-184, jan./fev./mar. 1956. Boiteux, um historiador naval, realizou esse trabalho de compilação entre 1925 e 1930.

<sup>6</sup> Ver resumo do ofício que anuncia o arrombamento de caixões dos arquivos da Secretaria de Estado em Lucas Boiteux, *op. cit.*, p. 165. Juvenal Greenhalgh também menciona o extravio, transcrevendo um ofício do inspetor do Arsenal, datado de 24 de dezembro de 1821, em que a autoridade se exime de qualquer responsabilidade sobre o ocorrido. *Apud: O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822*, Rio de Janeiro, A Noite, 1951, p. 135-137.

<sup>7</sup> Henry Rousso, “O arquivo ou o indício de uma falta”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996, p. 89. Rousso é membro do Instituto de História do Tempo Presente, centro multidisciplinar que agrega sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e historiadores, criado em 1978 e sediado em Paris.

<sup>8</sup> Henry Rousso, *op. cit.*, p. 89.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 90.

<sup>10</sup> Ver as principais obras desses historiadores: Teotônio Meireles da Silva, *Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira*, Rio de Janeiro, 1881-1883, 3 v. e *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Garnier, 1884. M. Pinto Bravo, *Curso de história naval*, 2. ed., Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959 [1878], 2 v., v. 1: História da marinha militar. José Egídio Garcez Palha, *Efemérides navais ou resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1 de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890*, Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1891.

<sup>11</sup> Ver, entre outras obras, João do Prado Maia, *Através da história naval brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936 e *A Marinha de guerra do Brasil na colônia e no império (tentativa de reconstrução histórica)*, Rio de Janeiro, J. Oympio, 1965. Lucas Alexandre Boiteux, *A Marinha imperial e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1954 e *Ministros da Marinha: notas biográficas*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933-1959, 3 v. Henrique Boiteux. *Os nossos almirantes*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1915-1941, 9 v. Juvenal Greenhalgh, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822*, Rio de Janeiro, A Noite, 1951 e *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1822-1889*, Rio de Janeiro, IBGE, 1965.

<sup>12</sup> Ver, entre outras biografias, Pedro Calmon, Elogio dos sócios falecidos: almirante Greenhalgh, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 273, p. 205-214, out./dez. 1966, p. 210-212. Carlos Carneiro, Sobre o almirante Boiteux, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 188, p. 138-141, jul./set. 1945. Deolinda Oliveira Monteiro, De aprendiz-marinheiro a vice-almirante – Almirante Prado Maia, 100 anos, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, n. 7/8/9, p. 121-134, jul./set. 1997. Levy Scavarda, Almirante Lucas Alexandre Boiteux: exemplo para as gerações, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 87, n. 1/2/3, p. 65-68, jan./mar. 1967. G. H. B., Contra-almirante Dídio Iratim Afonso da Costa, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 7/12, p. 411-420, jan./jun. 1953.

<sup>13</sup> Para uma discussão a respeito do impulso do envolvimento na construção gnosiológica, ver Norbert Elias, “Envolvimento e distanciamento”, in: *Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento*, trad., Lisboa, Dom Quixote, 1997. O sociólogo alemão identificou dois impulsos presentes no comportamento e pensamento humanos: o *envolvimento* e o *distanciamento*, dois conceitos, ao seu ver, melhores para pensar a relação do homem com o conhecimento do que subjetividade e objetividade. Entre os historiadores navais da geração de Greenhalgh, houve uma identificação com os oficiais do passado; eles romperam uma possível linha divisória entre passado e presente, fazendo com que a paixão que sentiam pela corporação afetasse o conhecimento que produziam. Não vai aí nenhuma recriminação ao seu envolvimento, mas apenas a verificação de que ele adveio da própria situação em que se encontravam: possuíam um vínculo afetivo devido ao próprio vínculo profissional.

<sup>14</sup> Jacques Derrida, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, trad., Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001, p. 118.